

O FENÔMENO URBANO

GEORG SIMMEL
ROBERT E. PARK
MAX WEBER
LOUIS WIRTH
P. H. CHOMBART DE LAUWE

O FENÔMENO URBANO

Organização e Introdução de
OTÁVIO GUILHERME VELHO

1967
Rio de Janeiro

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
A METRÓPOLE E A VIDA MENTAL — GEORG SIMMEL Tradução de SÉRGIO MARQUES DOS REIS.....	10
A CIDADE: SUGESTÕES PARA A INVESTIGAÇÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO NO MEIO URBANO — ROBERT EZRA PARK Tradução de SÉRGIO MAGALHÃES SANTEIRO.....	25
CONCEITO E CATEGORIAS DA CIDADE — MAX WEBER Tradução de ANTÔNIO CARLOS PINTO PEIXOTO.....	67
O URBANISMO COMO MODO DE VIDA — Louis WIRTH Tradução de MARINA CORRÊA TREUHERZ.....	89
A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO MEIO URBANO — PAUL-HENRY CHOMBART DE LAUWE Tradução de MOACIR PALMEIRA.....	113

INTRODUÇÃO

Este volume reúne alguns dos estudos mais significativos já publicados até hoje sobre o *fenômeno urbano*. Não o intitulamos Sociologia Urbana, pois que tal rótulo não daria uma idéia fiel da orientação seguida por todos os autores aqui apresentados. Isso porque a noção de uma Sociologia Urbana parece estar ligada em geral a uma certa primazia que se conferiria ao urbano *per se*, e conseqüentemente também ao rural, em termos de seu valor explicativo para uma grande série de fenômenos sociais. Muitos autores não concordariam com essa posição, e pretenderiam conferir o *status* de “variável independente” básica a outros fatores, tais como o nível tecnológico, organização econômica, poder social, valores culturais e assim por diante. Outros prefeririam deslocar a questão para a exigência da caracterização de totalidades históricas em que, aí sim, inserir-se-iam as manifestações concretas do urbano e do rural. Outros, ainda, simplesmente pretenderiam estudar certos fenômenos sociológicos específicos tal como se dão no cenário urbano, admitindo que este possua um poder de determinação relativa, mas que não chega a esgotar o conteúdo dos fatos sociológicos examinados, os quais, em si, nada teriam de necessária e exclusivamente urbanos.

Ao que parece, a idéia de uma Sociologia Urbana teria surgido não de uma preocupação acentuada de elaboração teórica, o que exigiria um extremo rigor lógico na definição da ciência, mas da necessidade de enfrentar certos problemas “práticos” urgentes ligados ao enorme crescimento das grandes cidades que acompanha a industrialização e o desenvolvimento capitalista, especialmente nos Estados Unidos, com a imigração em massa de contingentes europeus em fins do século XIX e início do XX.

Esse crescimento traz consigo uma série de fenômenos desconhecidos até então, pelo menos em tal escala, inclusive manifestações de “patologia social” tais como sub-habitação, delinqüência, marginalismo e choque cultural, bem como problemas de planejamento urbano em geral. É em resposta a esses desafios que se desenvolve a Sociologia Urbana. Tanto assim que tendeu em princípio a manter-se presa a suas origens nos estudos basicamente subsociais de ecologia humana levados a efeito principalmente a partir da década de vinte pela chamada Escola de Chicago.

O maior representante da Escola de Chicago é sem dúvida Robert E. Park, e seu artigo mais significativo é o que aqui apresentamos, espécie de manifesto ou roteiro de estudos publica do pela primeira vez em 1916 e que orientaria seus próprios trabalhos futuros, bem como os de outros ecólogos, como Ernest Burgess e Roderick McKenzie. Ao estudar a cidade como um “organismo social”, Park ora se coloca em um nível estritamente ecológico, ora incursiona pelo campo mais propriamente do sociológico. Sua presença nesse volume justifica-se fundamentalmente pela influência que ele e seus seguidores exerceram e ainda exercem sobre os estudos urbanos nos Estados Unidos.

Louis Wirth surge como o maior teórico de estudos urbanos norte-americanos. É o “sociólogo urbano” por excelência, utilizando-se do urbano — como sua ênfase em grupos secundários, na segmentação de papéis, no aumento da mobilidade social etc. — como categoria explicativa *per se*. Egresso da Ecologia, Wirth assimilou a influência de alguns cientistas sociais europeus, especialmente Georg Simmel, aproximando-se no final da década de trinta da formulação, no artigo aqui reproduzido, de uma teoria sociológica e sócio-psicológica do urbanismo.

Georg Simmel, o teórico da Sociologia formal, exerceu grande influência, talvez maior nos Estados Unidos que na Europa. Aqui, interessa-nos uma conferência proferida no início do século a respeito da “vida mental metropolitana”, onde coloca certos *insights* sócio-psicológicos bastante brilhantes — como suas considerações em torno da sofisticada atitude *blasé* do típico habitante da metrópole moderna e seus determinantes —, que seriam retomados mais tarde por outros estudiosos, especialmente por Wirth.

Como em tantos tópicos, também no estudo da cidade aparece o nome do grande cientista social alemão Max Weber. Todavia, para Weber o estudo da cidade insere-se num plano mais ambicioso, e que é o estudo da origem e desenvolvimento da moderna economia ocidental, ou seja, do capitalismo, inclusive lançando mão de dados comparativos oriundos de ou transformações históricas. Com isso ele é capaz de assimilar aquilo que julga válido nos trabalhos de outros teóricos, como Simmel e Maitland, combinando tudo, porém, numa síntese mais vasta e original. Como se pode depreender de seu monumental *Wirtschaft und Gesellschaft*, no que diz respeito ao estudo do capitalismo Weber não se restringiu, tal como popularmente se pensa, à análise da influência da ética calvinista. Pelo contrário, suas preocupações levaram-no a incursionar pelos campos os mais variados, retornando sempre, porém, ao seu tema fundamental. A cidade, tal como ele a define, aparece nesse quadro justamente como um dos resultados e ao mesmo tempo como um pressuposto do desenvolvimento capitalista. O capitalismo não teria surgido na Ásia, entre outras razões, é evidente, exatamente porque com raras exceções lá não se desenvolveram *ciudades* no sentido weberiano — que implica a existência de comunidades, com um alto grau de autonomia, tanto no plano do “objetivo”, com administração, mercado, fortificações, exército, justiça e leis em boa parte próprias, quanto no do “subjetivo”, como foco fundamental de lealdades. Assim, poder-se-ia dizer que na medida em que a “cidade” se incorpora a Estados nacionais, inserindo-se numa unidade mais ampla, deixa de esgotar-se em si mesma, perde muito de sua capacidade de auto-explicar-se; rompe-se, nega-se, e não pode mais ser captada e estudada como uma totalidade.¹

Finalmente, Chombart de Lauwe, cientista social contemporâneo, faz um apanhado geral dos estudos urbanos e de suas tendências. Em Chombart, e na maneira pela qual ele situa os estudos que vão sendo feitos, nota-se uma tendência a definir a cidade como um *locus* possível de estudo, e que possui, ainda, um certo poder explicativo por si; mas apenas até certo ponto. Chombart preocupa-se com o estudo de grupos, numa espécie de Sociologia *na cidade*, e não *da cidade*, reintegrando o estudo do fenômeno urbano na teoria sociológica geral.

¹ Ver Martindale, Don, “Prefatory Remarks: The Theory of the City”, em *The City*, de Max Weber, trad. e org. por Don Martindale e Gertrud Neuwirth, The Free Press, Glencoe, Illinois, 1958.

Creemos que os autores selecionados dão uma idéia aproximada da evolução dos estudos urbanos. Por falta de espaço deixamos de incluir outros tipos de abordagem, como por exemplo, as de cunho mais antropológico e que se refiram explicitamente ao *continuum* rural-urbano (ou *folk-rural-urbano*) e às manifestações culturais típicas de seus pontos extremos,² ou as que tentam explorar o conteúdo simbólico das cidades enquanto representação do universo pelo homem e mediação na integração do homem nesse universo,³ ou as de autores que buscam outras “variáveis” para servir de fio condutor no estudo da cidade.⁴

Todos esses estudiosos, entretanto, aceitem ou não o urbano como categoria explicativa básica, estão de acordo quanto a sua enorme importância, mormente na época atual. Isso porque, mesmo no caso desses últimos, a cidade sempre é considerada como o *locus* de convergência das grandes correntes e interesses econômicos, políticos e ideológicos. E se anteriormente à Revolução Industrial tal se dava sobretudo como instrumento do poder social por excelência que ainda residia no campo e que imprimia profundamente sua marca sobre a própria cidade, com a Revolução Industrial desloca-se efetivamente o centro real do poder, o que inverte a tendência básica, fazendo com que o “modo de vida urbano” — e mais ainda o “metropolitano” —, levado pela técnica moderna, pelos meios de comunicação e de transporte, vá tendendo a permear cada vez mais todos os níveis da vida social nos mais remotos rincões do globo. Assim, mesmo aqueles que não aceitam a primazia explicativa do urbano como tal concordam com a importância da categoria inclusive de sociedade *urbano-industrial*, em que o “industrial” permite ao “urbano” atualizar todas as suas virtualidades, em oposição à sociedade agrária tradicional, em que ocorre o inverso. Para o estudo da cidade isso implica que se abandone a caracterização “abstrata” do urbano e que, descendo mais ao concreto e ao histórico, aceite-se, como ponto de partida, uma distinção básica entre cidades inseridas em sistemas pré-industriais e industriais, e em todas as suas variantes organizacionais.⁵

² Ver Redfield, Robert, *Civilização e Cultura de Folk*, Livraria Martins Ed., 1949 (esg.).

³ Ver Leroi-Gourhan, André, *Le Gest et la Parole*, Ed. Albin Michel, 1965, cap. XIII, “Les symboles de la société”.

⁴ Ver Sjoberg, Gideon, *The Preindustrial City; Past and Present*, The Free Press, Glencoe, Illinois, 1960, esp. “Introduction”.

⁵ Ver Sjoberg, Gideon, op. cit.

Por fim, queremos alertar o leitor para o fato de que os artigos estão apresentados em ordem cronológica, o que não deixa, como todo critério, de ser até certo ponto arbitrário. Outra solução possível, e que pode ser adotada pelo leitor em termos de leitura, seria começar pelos dois clássicos europeus (Simmel e Weber), passando depois pelos norte-americanos (Park e Wirth) e terminando com Chombart de Lauwe, autor contemporâneo. O leitor menos familiarizado com as Ciências Sociais pode preferir, no entanto, seguir o caminho inverso.

Segue-se uma bibliografia selecionada de trabalhos existentes em português sobre o assunto. Chamamos a atenção para o fato de os livros de autores brasileiros não serem obra de sociólogos, mas de geógrafos⁶ e de um arquiteto, que no entanto não só possuem bastante valor dentro do que se propõem como fornecem boas indicações e os pressupostos para o estudo sociológico do fenômeno urbano brasileiro, que ainda está por ser feito.

BERNARDES, Lygia e outros, *A Cidade do Rio de Janeiro e sua Região*, Conselho Nacional de Geografia, 1964.

GEIGER, Pedro 'Pinchas, *Evolução da Rede Urbana Brasileira*, col. "O Brasil Urbano", Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GIST, Noel, P., e HALBERT, L. A., *A Cidade e o Homem* (2 vols.), Ed. Fundo de Cultura, 1966.

MUMFORD, Lewis, *A Cultura das Cidades*, Ed. Itatiaia, 1961. — *A Cidade na História; suas origens, suas transformações, suas perspectivas* (2 vols.), Ed. Itatiaia, 1965.

SANTOS, Milton, *A Cidade nos Países Subdesenvolvidos*, Ed. Civilização Brasileira S. A., 1965.

WILHEIM, Jorge, *São Paulo Metrópole 65; subsídios para seu plano diretor*, Difusão Européia do Livro, col. "Corpo e Alma do Brasil", 1965.

E mais:

⁶ Os geógrafos brasileiros, inspirados em mestres europeus como Pierre George, Pierre Monbeig e Michel Rochefort, aqui como em tantos outros terrenos têm-se constituído, muitas vezes, em pioneiros da pesquisa de campo em Ciências Sociais no Brasil, legando-nos importantes contribuições, especialmente descritivas, para o conhecimento da realidade brasileira.

COSTA Pinto, L. A., “A metrópole Rio de Janeiro; breve introdução ao seu estudo sociológico”, *Educação e Ciências Sociais*, Ano II, Vol. 2, n.º 4, março de 1957.

FERNANDES, Florestan, “Aspectos da evolução social de São Paulo”, Parte II em *Mudanças Sociais no Brasil*, Difusão Européia do Livro, col. “Corpo e Alma do Brasil”, 1960.

DELORENZO Neto, A., “O estudo sociológico da cidade”, *Sociologia*, 21 (1), março de 1959.

— “O aglomerado urbano de S. Paulo”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 6, julho de 1959.

OTÁVIO GUILHERME VELHO

O URBANISMO COMO MODO DE VIDA²

LOUIS WIRTH

Tradução de MARINA CORRÊA TREUHERZ

I. A CIDADE E A CIVILIZAÇÃO CONTEMPORÂNEAS

Da mesma forma como o início da civilização ocidental é assinalado pela fixação permanente de povos anteriormente nômades na bacia do Mediterrâneo, assim também o início do que pode ser considerado marcadamente moderno em nossa civilização é caracterizado pelo crescimento das grandes cidades. Em nenhum lugar do mundo a humanidade se afastou mais da natureza orgânica do que sob as condições de vida características das grandes cidades. O mundo contemporâneo já não mais apresenta o quadro de pequenos grupos humanos isolados, espalhados através de um vasto território, como Sumner descreveu a sociedade primitiva.¹ A característica marcante do modo de vida do homem na idade moderna é a sua concentração em agregados gigantescos em torno dos quais está aglomerado um número menor de centros e de onde irradiam as idéias e as práticas que chamamos de civilização.

O grau em que o mundo contemporâneo poderá ser chamado de “urbano” não é medido inteira ou precisamente pela proporção da população total que habita as cidades. As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo.

* “Urbanisme as Way of Life”, *The American Journal of Sociology*, vol. XLIV, n.º 1, julho de 1938. Copyright © by The University of Chicago Press.

¹ William Graham Sumner, *Folkways* (Boston, 1906), p. 12.

O crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos. Apesar de ser impossível precisar-se qual a proporção do total estimado da população mundial de aproximadamente 1.800.000.000 que é urbana, 69,2% do total da população dos países que fazem distinção entre áreas urbanas e rurais são urbanos.² Além disso, considerando o fato da população mundial não ser distribuída uniformemente e do crescimento das cidades não ser muito desenvolvido em alguns dos países que só recentemente foram alcançados pela industrialização, essa média superestima a extensão à qual chegou a concentração urbana nos países onde o impacto da revolução industrial foi mais forte e de data menos recente. Essa mudança de uma sociedade rural para uma predominantemente urbana que se verificou no espaço de tempo de uma só geração em áreas industrializadas como nos EUA e no Japão foi acompanhada por alterações profundas e em praticamente todas as fases da vida social. São essas modificações e suas ramificações que solicitam a atenção do sociólogo para o estudo das diferenças entre o modo de vida rural e urbano. O exame dessa questão é um pré-requisito indispensável para a compreensão e o possível domínio de alguns dos problemas contemporâneos mais cruciais da vida social, pois provavelmente fornecerá uma das perspectivas mais reveladoras para a compreensão das alterações que se processam na natureza humana e na ordem social.³

Já que a cidade é o produto do crescimento e não da criação instantânea, deve-se esperar que as influências que ela exerce sobre os modos de vida não sejam capazes de eliminar completamente os modos de associação humana que predominavam anteriormente. Em maior ou menor escala, portanto, a nossa vida social tem a marca de uma sociedade anterior, de *folk*, possuindo os modos característicos da fazenda, da herdade e da vila. A influência histórica é reforçada pela circunstância da população da cidade em si ser recrutada, em larga escala, do campo, onde persiste um modo de vida reminescente dessa forma anterior de existência. Conseqüentemente não devemos esperar encontrar variação abrupta e descontínua entre tipos de personalidades urbana e rural. A cidade e o campo

² S. V. Pearson, *The Growth and Distribution of Population* (Nova York, 1935), p. 211.

³ Embora a vida rural nos EUA tivesse por um longo período de tempo sido sujeita a considerável interesse por parte dos órgãos governamentais, o caso mais notável de um relatório globalizante foi aquele submetido pela *Country Life Commission* ao presidente Theodore Roosevelt em 1909, valendo a pena notar que nenhuma consulta oficial igualmente ampla sobre a vida urbana foi iniciada até o estabelecimento do *Research Committee on Urbanism of the National Resources Committee*. (Cf. *Our Cities: Their Role in the National Economy*, Washington, Government Printing Office, 1937.)

podem ser encarados como dois pólos em relação aos quais todos os aglomerados humanos tendem a se dispor. Visualizando-se a sociedade urbano-industrial e a rural de *folk* como tipos ideais de comunidades, poderemos obter uma perspectiva para análise de modelos básicos de associação humana conforme aparecem na civilização contemporânea.

II. UMA DEFINIÇÃO SOCIOLÓGICA DA CIDADE

Apesar da importância preponderante da cidade em nossa civilização, nosso conhecimento da natureza do urbanismo e do processo de urbanização é insuficiente. Várias tentativas foram na verdade feitas para isolar as características que distinguem a vida urbana. Geógrafos, historiadores, cientistas, economistas e cientistas políticos incorporaram os pontos de vista das suas respectivas disciplinas em definições diferentes da cidade. Embora de nenhum modo se pretenda superá-las, a elaboração sociológica de uma abordagem da cidade poderá casualmente servir para chamar a atenção para as inter-relações entre elas existentes, por meio da ênfase dada às características peculiares da cidade como uma determinada forma da associação humana. Uma definição sociologicamente significativa do que seja cidade procura selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos.

Caracterizar uma comunidade como sendo urbana, apenas tomando como base o tamanho, é obviamente arbitrário. É difícil defender a presente definição do recenseamento que designa como urbana uma comunidade de 2.500 ou mais habitantes e todas as outras como rurais. A situação seria idêntica se o critério fosse de uma população de 4.000, 8.000, 10.000, 25.000 ou 100.000, pois apesar de nesse último caso podermos sentir que estávamos mais proximamente lidando com um agregado urbano do que seria o caso em comunidades de tamanho menor, nenhuma definição de urbanismo poderá ser considerada satisfatória apenas se considerando os números como único critério. Além do mais, não é difícil demonstrar-se que comunidades cujo número de habitantes se acha abaixo daquele arbitrariamente estabelecido, compreendido dentro da esfera de influência de centros metropolitanos, poderão reivindicar o reconhecimento como comunidades urbanas com muito mais razão do que outras maiores, com existência mais isolada, numa área predominantemente rural. Finalmente, deveria ser reconhecido que as definições do

recenseamento são indevidamente influenciadas pelo fato de que a cidade, em termos estatísticos, é sempre um conceito administrativo no qual os limites legais desempenham um papel decisivo no delineamento da área urbana. Em nenhum lugar nota-se mais claramente esse fato do que nas concentrações de população nas periferias de grandes centros metropolitanos que cruzam limites administrativos arbitrários da cidade, do município, do estado e da nação.

Enquanto identificarmos o urbanismo com a entidade física da cidade, encarando-o meramente como rigidamente delimitado no espaço, e procedermos como se as características urbanas cessassem abruptamente de se manifestarem além da linha fronteira arbitrária, provavelmente não chegaremos a nenhum conceito adequado de urbanismo como um modo de vida. Os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação, que virtualmente assinalam uma nova época na história humana, acentuaram o papel das cidades como elementos dominantes na nossa civilização e estenderam enormemente o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade.

A predominância da cidade, especialmente da grande cidade, poderá ser encarada como uma conseqüência da concentração, em cidades, de instalações e atividades industriais e comerciais, financeiras e administrativas, de linhas de transporte e comunicação e de equipamento cultural e recreativo como a imprensa, estações de rádio, teatros, bibliotecas, museus, salas de concerto, óperas, hospitais, instituições educacionais superiores, centros de pesquisa e publicação, organizações profissionais e instituições religiosas e beneficentes. Não fosse pela atração e pelas sugestões que a cidade exerce sobre a população rural através desses instrumentos, as diferenças entre os modos de vida rural e urbano seriam ainda maiores do que são. A urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade intitulada cidade e incorporadas em seu sistema de vida. Ela se refere também àquela acentuação cumulativa das características que distinguem o modo de vida associado com o crescimento das cidades e, finalmente, com as mudanças de sentido dos modos de vida reconhecidos como urbanos que são aparentes entre os povos, sejam eles quais forem, que tenham ficado sob o encantamento das influências que a cidade exerce por meio do poder de suas instituições e personalidades, através dos meios de comunicação e transporte.

As deficiências que dizem respeito ao número de habitantes como critério de urbanismo se aplicam na sua maioria também à densidade de população. Quer aceitemos a densidade de 10.000 pessoas por milha quadrada, conforme propôs Mark Jefferson,⁴ ou 1.000 que Wilcox⁵ preferiu encarar como critério de agrupamentos urbanos, está claro que, a não ser que a densidade seja correlacionada com características sociais expressivas, ela poderá servir somente como uma base arbitrária na diferenciação entre comunidades urbanas e rurais. Considerando que o nosso recenseamento enumera a população noturna em vez da população diurna de uma área, o local de vida urbana mais intensa — o centro da cidade — geralmente apresenta baixa densidade de população, e as áreas industriais e comerciais da cidade, que contêm as atividades econômicas mais características da sociedade urbana, dificilmente seriam verdadeiramente urbanas em qualquer parte, se a densidade fosse interpretada literalmente como um símbolo de urbanismo. Entretanto, o fato de que a comunidade urbana se distingue por um grande agregado e uma concentração de população relativamente densa, dificilmente poderá ser ignorado ao se definir a cidade. Mas esses critérios devem ser encarados como relativos ao contexto cultural geral no qual as cidades surgem e existem, e somente são sociologicamente relevantes até o ponto em que operam como fatores condicionantes da vida social.

As mesmas críticas se aplicam a tais critérios como a profissão dos habitantes, a existência de certas instalações, instituições e formas de organização política. A questão não reside em se saber se as cidades na nossa civilização ou em outras possuem esses traços característicos, e sim em apurar sua capacidade de moldar o caráter da vida social à sua forma específica urbana. Além disso, não poderemos formular uma definição fértil se esquecermos as grandes variações entre as cidades. Por meio de uma tipologia de cidades baseada no tamanho, localização, idade e função, tal como tentamos estabelecer em nosso recente relatório para o National Research Committee,⁶ achamos possível delinear e classificar comunidades urbanas variando de pequenas cidades que lutam para se manter até os prósperos centros metropolitanos mundiais; de pequenas localidades comerciais isoladas,

⁴ “The Anthropogeography of Some Great Cities”, *Bull. American Geographical Society*, XLI (1909), 537-66.

⁵ Walter F. Wilcox, “A Definition of City in Terms of Density”, em E. W. Burgess, *The Urban Community* (Chicago, 1926), p. 119.

⁶ *Op. cit.*, p. 8.

situadas no meio de regiões agrícolas, a prósperos portos mundiais de movimento comercial e industrial. Diferenças como essas parecem ser cruciais porque as características e influências sociais dessas diferentes “cidades” variam grandemente.

Uma definição útil de urbanismo não deveria somente denotar as características essenciais que todas as cidades — pelo menos as de nossa cultura — têm em comum, mas deveria prestar-se à descoberta das suas variações. Uma cidade industrial diferirá significativamente, em seus aspectos sociais, de uma cidade comercial, de mineração, pesqueira, de estação de águas, universitária ou de uma capital. Uma cidade de uma só indústria apresentará séries diferentes de características de uma que possua uma multiplicidade de indústrias, assim como ocorrerá entre uma cidade industrialmente equilibrada e uma industrialmente desequilibrada; um subúrbio e uma cidade-satélite; um subúrbio residencial e um subúrbio industrial; uma cidade dentro de uma região metropolitana e uma situada fora dela; uma cidade velha e uma nova; uma cidade sulina e uma da Nova Inglaterra; uma cidade do Centro-Oeste e uma da costa do Pacífico; uma cidade em crescimento, uma estável e outra em extinção.

Uma definição sociológica deve, obviamente, ser suficientemente inclusiva para conter quaisquer características essenciais que estes diferentes tipos de cidades têm em comum como entidades sociais, mas, obviamente, não poderá ser tão detalhada a ponto de considerar todas as variáveis implícitas nas múltiplas classes delineadas acima. Presumivelmente algumas das características das cidades são mais expressivas do que outras no condicionamento da natureza da vida urbana, e podemos esperar que os fatores predominantes da cena urbano-social variem de acordo com o tamanho, densidade e diferenças no tipo funcional das cidades. Além do mais, podemos inferir que a vida rural levará a marca do urbanismo, à medida que sofre a influência das cidades através de contato e comunicação. Poderá servir de contribuição para o esclarecimento das declarações que se seguem, repetirmos que, embora o local do urbanismo como um modo de vida deva, evidentemente, ser achado caracteristicamente em localidades que preenchem os requisitos que estabeleceremos para a definição de cidade, o urbanismo não está confinado a tais localidades, mas manifesta-se em graus variáveis onde quer que cheguem as influências das cidades.

Embora o urbanismo, ou aquele complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades, e a urbanização, que denota o desenvolvimento e as extensões desses fatores, não sejam encontrados exclusivamente em grupamentos considerados como cidades no seu senso físico e demográfico, encontram, não obstante, sua expressão mais pronunciada nessas áreas, especialmente nas cidades metropolitanas. Na formulação da definição de cidade, é necessário sermos cautelosos, a fim de evitarmos que identifiquemos o urbanismo como modo de vida com quaisquer influências culturais local ou historicamente condicionadas, as quais, embora possam afetar expressivamente o caráter específico da comunidade, não são os determinantes essenciais do seu caráter como cidade.

É de capital importância chamar-se a atenção para o perigo de se confundir urbanismo com industrialismo e capitalismo moderno. O surgimento de cidades no mundo moderno sem dúvida não é independente do aparecimento da tecnologia moderna da máquina automotriz, da produção em massa e da empresa capitalista. Todavia, por diferentes que possam ter sido as cidades de épocas anteriores pré-industrial e pré-capitalista, não deixavam de ser cidades.

Para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos. Com base nos postulados que essa definição tão pequena sugere, poderá ser formulada uma teoria sobre urbanismo à luz dos conhecimentos existentes, relativos a grupos sociais.

III. UMA TEORIA SÔBRE URBANISMO

Dentre a rica literatura sobre a cidade, procuramos em vão uma teoria sobre urbanismo a qual apresente de forma sistemática o conhecimento disponível referente à cidade como entidade social. Temos, na verdade, excelentes formulações de teorias sobre problemas especiais, como por exemplo o crescimento da cidade encarado como uma tendência histórica e como um processo recorrente,⁷ dispomos de farta literatura que apresenta *insights* de importância sociológica e estudos empíricos oferecendo informações detalhadas

⁷ Vide Robert E. Park, Ernest W Burgess et al., *The City* (Chicago, 1925), esp. caps. II e III; Werner Sombart, "Stadtische Siedlung, Stadt", *Hand wörterbuch der Soziologie*, ed. Alfred Vierkandt (Stuttgart, 1931); vide também bibliografia.

sobre uma variedade de aspectos particulares da vida urbana. Entretanto, apesar da multiplicação da pesquisa e dos livros de texto sobre a cidade, não temos até agora um corpo extenso de hipóteses sucintas que possam ser derivadas de um conjunto de postulados implicitamente contidos numa definição sociológica da cidade e de nosso conhecimento sociológico geral, que possa ser comprovado através da pesquisa científica. As obras que temos que mais se aproximam de uma teoria sistemática sobre urbanismo poderão ser achadas num penetrante ensaio intitulado “Die Stadt”, por Max Weber,⁸ e um memorável folheto por Robert E. Park sobre *The City: Suggestions for the investigation of Human Behavior in the Urban Environment*.⁹ Porém, mesmo essas valiosas contribuições estão longe de constituírem um arcabouço ordenado e coerente de teoria sobre a qual possa ser desenvolvida eficazmente a pesquisa.

Nas páginas que se seguem, tentaremos expor um número limitado de características que identifiquem a cidade. Dadas essas características, tentaremos indicar que conseqüências ou outras características delas se originam à luz da teoria sociológica geral e da pesquisa empírica. Dessa maneira esperamos chegar às proposições essenciais de uma teoria sobre urbanismo. Algumas dessas proposições podem ser apoiadas por um considerável corpo de materiais de pesquisa já existente; outras poderão ser aceitas como hipóteses para as quais existe certa quantidade de provas presumíveis, porém para as quais seria necessária ainda uma verificação mais ampla e exata. Pelo menos, tal procedimento, espera-se, mostrará que conhecimentos sistemáticos temos agora sobre a cidade e quais as hipóteses cruciais e frutíferas para pesquisa futura.

O problema central do sociólogo da cidade é descobrir as formas de ação e organização social que emergem em grupamentos compactos, relativamente permanentes, de grande número de indivíduos heterogêneos. Devemos também inferir que o urbanismo assumirá a sua forma mais característica e extrema à medida que estiverem presentes as condições que lhes são congruentes. Assim, quanto mais densamente habitada, quanto mais heterogênea for a comunidade, tanto mais acentuadas serão as características associadas ao urbanismo. Deve-se reconhecer, contudo, que no mundo social as práticas e instituições poderão ser aceitas e continuadas por razões diferentes daquelas que inicialmente lhes deram origem e

⁸ *Wirtschaft und Gesellschaft* (Tübingen, 1925), Parte II, cap. VIII, pp. 514-601.

⁹ Park, Burgess et. al., *op. cit.*, cap. 1.

que, conseqüentemente, o modo de vida urbano poderá ser perpetuado sob condições bem diferentes daquelas necessárias para a sua origem.

Devemos a esta altura apresentar alguma justificativa para a escolha dos termos principais que formam a nossa definição de cidade. Foi feita a tentativa de fazê-la a mais inclusiva e ao mesmo tempo a mais significativa possível, sem, no entanto, sobrecarregá-la com suposições desnecessárias. Dizer que são necessários grandes números para constituir uma cidade, significa, evidentemente, grandes números em relação a uma área de ocupação restrita ou de alta densidade. Não obstante, há boas razões para se tratar grandes números e densidade como fatores separados, pois cada um deles pode estar ligado a conseqüências sociais significativamente diferentes. Do mesmo modo, a necessidade de se acrescentar homogeneidade à quantidade de população, como um critério necessário e distinto do urbanismo, poderia ser posta em dúvida, porque é de se esperar que a amplitude de diferenças cresça proporcionalmente à quantidade. Em sua defesa, poderíamos dizer que a cidade apresenta uma espécie de grau de heterogeneidade de população que não pode ser de responsabilidade exclusiva da lei dos grandes números ou não pode ser representada adequadamente por meio da curva normal de distribuição. Como a população da cidade não se reproduz a si mesma, ela tem que recrutar seus migrantes de outras cidades, do interior e — até recentemente nos Estados Unidos — de outros países. A cidade tem sido, dessa forma, o cadinho das raças, dos povos e das culturas e o mais favorável campo de criação de novos híbridos biológicos e culturais. Ela não só tolerou como recompensou diferenças individuais. Reuniu povos dos confins da terra porque eles são diferentes e, por isso, úteis uns aos outros e não porque sejam homogêneos e de mesma mentalidade.¹⁰

Há uma quantidade de proposições sociológicas referentes à relação entre: *a*) quantidade de população; *b*) densidade da população; *c*) heterogeneidade de habitantes e vida grupal, que podem ser formuladas com base na observação e pesquisa.

¹⁰ Poderá parecer necessário justificar a inclusão do termo “permanente” na definição. Nossa falha em dar uma justificação extensiva para esta característica do urbano reside no fato óbvio de que, a não ser que os agrupamentos humanos se fixem mais ou menos permanentemente numa localidade, as características da vida urbana não podem surgir, e, concomitantemente, a vida de grandes números de indivíduos heterogêneos reunidos sob condições densas não é possível sem o desenvolvimento de uma estrutura tecnológica.

Tamanho do Agregado Populacional

Desde a Política de Aristóteles,¹¹ tem-se reconhecido que o aumento do número de habitantes de uma comunidade acima de certo limite afetara as relações entre eles e o caráter da cidade. Grandes números envolvem, como já foi dito, uma quantidade maior de variação individual. Além disso, quanto maior o número de indivíduos participando de um processo de interação, tanto maior a diferenciação potencial entre eles. É de se esperar que os traços pessoais, as ocupações, a vida cultural e as idéias dos membros de uma comunidade urbana poderão, por isso, variar entre pólos mais amplamente separados do que aqueles de habitantes rurais.

Pode-se inferir, facilmente, que tais variações dão origem à separação espacial de indivíduos de acordo com a cor, herança étnica, *status* econômico e social, gostos e preferências. Os vínculos de parentesco, de urbanidade e os sentimentos característicos da vida em conjunto durante gerações sob uma tradição de *folk* comum tenderão a desaparecer e, no melhor dos casos, tenderão a ser fracos num agregado cujos membros apresentam origens e formação tão diversas. Sob tais circunstâncias, a concorrência e os mecanismos formais de controle fornecem os substitutivos para os vínculos de solidariedade nos quais se confia para se manter unida uma sociedade de *folk*.

¹¹ Vide esp. VII. 4. 4-14. Traduzido por B. Jowet do qual a seguinte passagem pode ser citada: “Existe um limite para o tamanho dos Estados, assim como há um limite para outras coisas, plantas, animais, implementos; pois nenhum desses conserva seu poder natural quando são demasiadamente grandes ou demasiadamente pequenos, mas ou eles perdem totalmente sua natureza ou são estragados... (Um) Estado, quando composto de muito poucos, não é como um Estado deveria ser, auto-suficiente; quando composto de demais, apesar de auto-suficiente em todas as meras necessidades, é uma nação e não um Estado, sendo praticamente incapaz de Governo constitucional. Pois quem pode ser o general de uma tão vasta multiplicidade, ou quem o arauto, a não ser que ele tenha a voz de um Estentor?”

“Um Estado somente começa a existir quando alcançar uma população que seja suficiente para uma boa vida na comunidade política: poderá, na verdade, exceder esse número. Mas como eu dizia, deve haver um limite. O que deve ser o limite poderá facilmente ser de terminado através da experiência. Porque tanto governantes como governados têm deveres a cumprir; as funções especiais de um governante são comandar e julgar. Mas se são os cidadãos de uma comunidade que devem julgar e distribuir cargos conforme os méritos, então devem conhecer os caracteres uns dos outros; enquanto não possuem esse conhecimento, tanto a eleição aos cargos como as decisões nas causas legais falharão. Quando a população é muito grande, ter-se-á estabelecido manifestamente ao acaso, o que não deveria ocorrer. Além disso, num Estado excessivamente populoso, os estrangeiros e os forasteiros logo adquirirão os direitos de cidadania, pois quem os descobrirá? Claramente, então, o melhor limite para uma população de um Estado é o maior número suficiente para os propósitos da vida e pode ser verificado num relance. E basta no que concerne ao tamanho da cidade.”

O aumento do número de habitantes de uma comunidade para mais de algumas centenas obrigatoriamente limitará a possibilidade de cada um dos membros da comunidade conhecer pessoalmente todos os outros. Max Weber, reconhecendo o significado social desse fato, salientou que, do ponto de vista sociológico, os grandes números de habitantes e a densidade do agrupamento significam que as relações de conhecimento pessoal mútuo entre os habitantes, inerentes a uma vizinhança, estão faltando.¹² O aumento do número, pois, envolve uma modificação no caráter das relações sociais.

Conforme salienta Simmel:

“(Se) o incessante contato externo de uma quantidade de pessoas na cidade devesse ser correspondido pelo mesmo número de reações interiores como numa pequena vila, na qual conhecemos quase todas as pessoas que encontramos e com cada uma das quais temos uma relação positiva, estaríamos completamente atomizados internamente e cairíamos numa condição mental indescritível”. A multiplicação de pessoas num estado de interação sob condições que tornam impossível seu contato como personalidades completas produz aquela segmentação de relações humanas que tem sido utilizada às vezes por estudiosos da vida mental das cidades como uma explicação do caráter “esquizóide” da personalidade urbana. Isso não quer dizer que os habitantes urbanos têm menor número de conhecidos do que os habitantes rurais, pois o inverso pode ser realmente verdadeiro; quer dizer, na verdade, que, em relação ao número de pessoas que eles vêem e com quem se encontram sistematicamente no transcurso da vida diária, eles conhecem uma proporção menor e com esses mantêm relações menos intensivas.¹³

Caracteristicamente, os cidadãos encontram-se uns aos outros em papéis bastante segmentários. Dependem, certamente, de mais pessoas para as satisfações de suas necessidades da vida do que a população rural e por isso são associados a um número maior de grupos organizados, mas dependem menos de pessoas determinadas, e sua dependência de outros confina-se a um aspecto altamente fracionado da esfera de atividades dos outros. Isso é essencialmente o que se quer dizer quando se afirma que a cidade se caracteriza mais por contatos secundários do que primários. Os contatos da cidade podem na verdade ser

¹² *Op. cit.*, p. 514

¹³ Georg Simmel, “Die Grossstädte und das Geistesleben”, *Die Grossstädte* ed. Theodor Petermann (Dresden, 1903), pp. 187-206.

face a face, mas são, não obstante, impessoais, superficiais, transitórios e segmentários. A reserva, a indiferença e o ar *blasé* que os habitantes da cidade manifestam em suas relações podem, pois, ser encarados como instrumentos para se imunizarem contra exigências pessoais e expectativas de outros.

O superficialismo, o anonimato, e o caráter transitório das relações urbano-sociais explicam, também, a sofisticação e a racionalidade geralmente atribuídas ao habitante da cidade. Nossos conhecidos têm a tendência de manter uma relação de utilidade para nós, no sentido de que o papel que cada um desempenha em nossa vida é sobejamente encarado como um meio para alcançar os fins desejados. Embora, portanto, o indivíduo ganhe, por um lado, certo grau de emancipação ou liberdade de controles pessoais e emocionais de grupos íntimos, perde, por outro lado, a espontânea auto-expressão, a moral, e o senso de participação, implícitos na vida numa sociedade integrada. Isso constitui essencialmente o estado de *anomie* ou de vazio social a que se refere Durkheim ao tentar explicar as várias formas de desorganização em sociedade tecnológica.

O caráter segmentário e as feições utilitaristas das relações interpessoais na cidade encontram sua expressão institucional na proliferação de trabalhos especializados que vemos na sua forma mais desenvolvida entre as profissões.

As operações do nexu pecuniário conduzem a relações predatórias, que tendem a obstruir o funcionamento eficiente da ordem social a não ser que sejam fiscalizadas por códigos profissionais e ética ocupacional. O estímulo à utilidade e eficiência sugere a adaptabilidade do mecanismo associativo para a organização de empresas nas quais os indivíduos só se podem engajar em grupos. A vantagem que a companhia tem sobre o empresário individual e a empresa composta de dois sócios no mundo urbano-industrial deriva não só da possibilidade que ela oferece de centralizar os recursos de milhares de indivíduos ou do privilégio legal da responsabilidade limitada e sucessão perpétua, mas do fato de que a companhia é uma entidade ideal.

A especialização dos indivíduos especialmente em suas ocupações só pode continuar, como salientou Adam Smith, com base num mercado ampliado, o que, por sua vez, acentua a divisão do trabalho. Esse mercado ampliado é, somente em parte, suprido pelo interior; em grande parte êle é encontrado entre os grandes números que a própria cidade contém. A dominância da cidade, sobre o interior que a cerca, torna-se explicável em termos da

divisão do trabalho promovida e ocasionada pela cidade. O extremo grau de interdependência e o equilíbrio instável da vida urbana estão intimamente associados com a divisão do trabalho e a especialização das ocupações. Esta interdependência e instabilidade é aumentada pela tendência de cada cidade em se especializar naquelas funções que lhe são mais vantajosas.

Numa comunidade composta de grande número de indivíduos que não se conhecem intimamente e cujo número é excessivo para se reunirem num só lugar, torna-se necessário efetuar a comunicação por meios indiretos e articular interesses individuais por um processo de delegação. Especificamente na cidade, os interesses são efetivados através de representação. O indivíduo pouco conta, mas a voz do representante é ouvida com uma deferência proporcional ao número de indivíduos em nome dos quais êle fala. Embora essa caracterização de urbanismo na medida em que deriva de grandes números não exaure de forma alguma as inferências sociológicas que poderiam ser tiradas do nosso conhecimento das relações do tamanho de um grupo com o comportamento característico dos membros, para não nos alongarmos, as afirmações feitas poderão servir para exemplificarem a espécie de proposições que poderão ser desenvolvidas.

Densidade

Como no caso dos números, assim também no caso da concentração num espaço limitado, emergem certas conseqüências relevantes na análise sociológica das cidades. Dessas, só podem ser indicadas algumas. Conforme Darwin salientou para a flora e a fauna e conforme Durkheim¹⁴ notou no caso das sociedades humanas, um aumento numérico para uma área constante (isto é, um crescimento da densidade) tende a produzir diferenciação e especialização, pois somente dessa forma é que a área poderá suportar o aumento numérico. A densidade, pois, reforça o efeito que os números exercem sobre a diversificação dos homens e de suas atividades e sobre o aumento da complexidade da estrutura social.

Do lado subjetivo, conforme sugeriu Simmel, o contato físico estreito de numerosos indivíduos produz necessariamente a mudança nos meios através dos quais nos orientamos em relação ao meio urbano, especialmente em relação aos nossos concidadãos.

¹⁴ E. Durkheim, *De la Division du Travail Social* (Paris, 1932), p. 248.

Tipicamente, nossos contatos físicos são estreitos, mas nossos contatos sociais são distantes. O mundo urbano tem em alta conta o reconhecimento visual. Vemos o uniforme que denota o papel dos funcionários e esquecemos as excentricidades pessoais que se acham ocultas por trás do uniforme. Temos a tendência de adquirir e desenvolver uma sensibilidade a um mundo de artefatos e somos progressivamente distanciados, cada vez mais, do mundo da natureza.

Estamos expostos a vivos contrastes entre esplendor e miséria, entre riqueza e pobreza, inteligência e ignorância, ordem e caos. A concorrência pelo espaço é grande, de tal forma que cada área geralmente tende a se dedicar à atividade que produza melhor retorno econômico. O local de trabalho tende a se dissociar do local de moradia, pois a proximidade de estabelecimentos industriais e comerciais torna uma área indesejável, econômica e socialmente, para fins residenciais.

A densidade, os valores da terra, os aluguéis, a acessibilidade, a salubridade, o prestígio, considerações estéticas, a ausência de inconvenientes tais como barulho, fumaça e sujeira, determinam a atratividade de várias áreas da cidade como locais para o estabelecimento de diferentes camadas da população. O local e a natureza do trabalho, a renda, as características raciais, étnicas, o *status* social, os costumes, hábitos, gostos, preferências e preconceitos estão entre os fatores significantes de acordo com os quais a população urbana é selecionada e distribuída em locais mais ou menos distintos. Elementos populacionais diversos, habitando localidade compacta, tendem portanto a se separar uns dos outros na medida em que suas necessidades e modos de vida são incompatíveis uns com os outros e na medida em que sejam antagônicos. Do mesmo modo, pessoas de *status* e necessidades homogêneos, consciente ou inconscientemente, se dirigem ou são forçadas para a mesma área.

As diferentes partes da cidade, portanto, adquirem funções especializadas. A cidade, conseqüentemente, tende a parecer um mosaico de mundos sociais nos quais é abrupta a transição de um para o outro. A justaposição de personalidades e modos de vida divergentes tende a produzir uma perspectiva relativista e um senso de tolerância de

diferenças que poderão ser encaradas como pré-requisitos para a racionalidade e que conduzem à secularização da vida.¹⁵

A vida em contato estreito e o trabalho em comum, de indivíduos sem laços sentimentais ou emocionais, desenvolvem um espírito de concorrência, engrandecimento e exploração mútua. Para neutralizar a responsabilidade e a desordem em potencial, surge a tendência de se utilizarem controles formais. Sem a aderência rígida a rotinas previsíveis, uma grande sociedade compacta dificilmente seria capaz de sustentar a si mesma. O relógio e o sinal de trânsito simbolizam a base da nossa ordem social no mundo urbano. Contato físico estreito freqüente, aliado a grande distância social, acentua a reserva de indivíduos não-ligados entre si e, a não ser que seja compensada por outras oportunidades de reação, dá origem à solidão.

O necessário movimento freqüente de um grande número de indivíduos num *habitat* congestionado ocasiona atrito e irritação. As tensões nervosas que derivam dessas frustrações são acentuadas pelo ritmo acelerado e pela complicada tecnologia sob os quais a vida em áreas densas tem de ser vivida.

Heterogeneidade

A interação social entre uma tamanha variedade de tipos de personalidades num ambiente urbano tende a quebrar a rigidez das castas e a complicar a estrutura das classes e portanto induz a um arcabouço mais ramificado e diferenciado de estratificação social do que em sociedades mais integradas. A crescida mobilidade do indivíduo, que o coloca dentro do campo de estímulos recebidos de um grande número de indivíduos diferentes e o sujeita a um *status* flutuante no seio de grupos sociais diferenciados que compõem a estrutura social da cidade, tende para a aceitação da instabilidade e insegurança no mundo como norma geral. Esse fato contribui, também, para a sofisticação e o cosmopolitismo do habitante da cidade. Nenhum grupo isolado é possuidor da fidelidade exclusiva do indivíduo. Os grupos aos quais êle se acha filiado não se prestam rapidamente a um simples

¹⁵ É difícil determinar-se a extensão na qual a separação da população em áreas culturais e ecológicas distintas e a resultante atitude social de tolerância, racionalidade e mentalidade secular são função da densidade em contraposição à heterogeneidade. Muito provavelmente estamos aqui lidando com fenômenos que são consequência das operações simultâneas de ambos os fatores.

arranjo hierárquico. Devido aos seus diferentes interesses emanados de diferentes aspectos da vida social, o indivíduo se torna membro de grupos bastante divergentes, cada um dos quais funciona somente com referência a um segmento da sua personalidade. Nem esses grupos permitem, facilmente, que seja feito um arranjo concêntrico de modo a fazer com que o mais estreito se inclua na circunferência dos mais inclusivos, como é o que se verifica nas comunidades rurais ou em sociedades primitivas. Na verdade, os grupos aos quais a pessoa está tipicamente filiada são tangenciais uns aos outros ou se entrecortam de forma altamente variável.

A substituição dos membros do grupo é, geralmente, rápida, em parte como resultado da liberdade de circulação da população e em parte como resultado de sua mobilidade social. O local de residência, o local e a característica do emprego, a renda e a receita, flutuam, e o trabalho de manter juntas as organizações e de promover relações de amizade íntimas e duradouras entre os membros é difícil. Isso se aplica notavelmente às áreas situadas dentro da cidade, nas quais as pessoas se segregam mais em virtude de diferenças de raça, língua, renda e *status* social do que através de escolha ou atração positiva a pessoas como elas mesmas. Em geral, o habitante da cidade não é o proprietário da sua própria casa e, considerando que uma permanência transitória não gera tradições e sentimentos de união, só raramente ele é um vizinho na verdadeira expressão da palavra. Há poucas oportunidades para o indivíduo conseguir um conceito do que seja cidade como um todo ou para examinar o seu lugar no esquema geral. Conseqüentemente, é difícil para ele determinar o que lhe seja “mais conveniente” e decidir entre os assuntos e os líderes que lhe são apresentados pelas agências de sugestão das massas. Os indivíduos que, dessa maneira, são destacados dos corpos organizados que integram a sociedade compõem as massas fluidas que tornam tão imprevisível e, portanto, tão problemático o comportamento coletivo na comunidade urbana.

Apesar da cidade, através do recrutamento de tipos variados para executar seus diversos trabalhos e da acentuação de seu caráter *sui generis* através da concorrência e do prêmio pela excentricidade, novidade, desempenho eficiente e inventividade, produzir uma população altamente diferenciada, ela também exerce uma influência niveladora. Onde quer que estejam concentradas grandes quantidades de indivíduos de constituições diferentes,

entra também o processo de despersonalização. Essa tendência niveladora é inerente, em parte, à base econômica da cidade. O desenvolvimento das grandes cidades, pelo menos na era moderna, repousa em larga escala sobre a força concentradora do vapor. O crescimento da fábrica possibilitou a produção em massa para um mercado impessoal. A máxima exploração das possibilidades da divisão do trabalho e da produção em massa só é possível, porém, com a padronização de processos e produtos. Uma economia monetária caminha lado a lado com esse sistema de produção. Progressivamente, à medida que as cidades se desenvolveram baseadas nesse sistema de produção, o nexu pecuniário que implica a possibilidade de aquisição de bens e serviços, deslocou as relações pessoais como base de associação. Nessas circunstâncias, a individualidade deve ser substituída por categorias. Quando grandes números de indivíduos têm de fazer uso comum de facilidades e instituições, deve ser feito um arranjo a fim de ajustar as facilidades e instituições às necessidades da média das pessoas e não às de determinados indivíduos. Os serviços de utilidade pública, das instituições recreativas, educacionais e culturais devem ser ajustados às necessidades coletivas. Do mesmo modo, as instituições culturais, tais como as escolas, os cinemas, o rádio e os jornais, em virtude de sua clientela oriunda das massas, devem necessariamente operar como influências niveladoras. O processo político conforme aparece na vida urbana não poderia ser entendido sem levarmos em conta os apelos à massa por meio das modernas técnicas de propaganda. Se o indivíduo participar de qualquer forma na vida social, política e econômica da cidade, deverá subordinar um pouco de sua individualidade às exigências da comunidade maior e nessa medida fazer parte de movimentos coletivos.

IV. A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DO URBANISMO E A PESQUISA SOCIOLÓGICA

Por meio de um corpo teórico como o delineado acima para fins ilustrativos, o complicado e multilateral fenômeno do urbanismo poderá ser analisado em termos de um número limitado de categorias básicas. A abordagem sociológica da cidade adquire, portanto, uma unidade essencial e coerência, possibilitando ao investigador empírico não somente focalizar mais distintamente os problemas e processos que pertencem

apropriadamente ao seu campo, mas também tratar o seu assunto de maneira mais integrada e sistemática. Algumas das verificações típicas da pesquisa empírica no campo do urbanismo, com especial referência aos EUA, poderão ser indicadas para provar as proposições teóricas estabelecidas nas páginas anteriores, podendo-se esboçar alguns dos problemas cruciais para posterior estudo.

Com base nas três variáveis, número, densidade do agrupamento e grau de heterogeneidade da população urbana, parece possível explanarem-se as características da vida urbana e explicarem-se as diferenças entre cidades de vários tamanhos e tipos.

O urbanismo como um modo de vida característico pode ser abordado empiricamente de três perspectivas inter-relacionadas: 1) como uma estrutura física consistindo uma base de população, uma tecnologia e uma ordem ecológica; 2) como um sistema de organização social envolvendo uma estrutura social característica, uma série de instituições sociais e um modelo típico de relações sociais; 3) como um conjunto de atitudes de idéias e uma constelação de personalidades dedicadas a formas típicas do comportamento coletivo e sujeitas a mecanismos característicos de controle social.

O Urbanismo na Perspectiva Ecológica

Considerando que, no caso da estrutura física e dos processos ecológicos, somos capazes de operar com índices bastante objetivos, é possível chegarmos a resultados bem precisos e geralmente quantitativos. A “dominância” da cidade sobre o *hinterland* torna-se explicável através das características funcionais da cidade que derivam em grande parte do efeito dos números e da densidade. Muitas das instalações técnicas e das especializações e organizações que surgem da vida urbana só poderão crescer e prosperar em cidades onde a procura seja suficientemente grande. A natureza e âmbito dos serviços prestados por essas organizações e instituições e as vantagens de que elas gozam sobre as instalações menos desenvolvidas de cidades menores dão margem à dominância das cidades e à dependência de regiões cada vez mais vastas em relação à metrópole central.

A composição da população urbana mostra a atuação de fatores seletivos e diferenciadores. As cidades contêm uma proporção maior de pessoas jovens do que as áreas rurais, onde se nota uma predominância de pessoas de idade e de crianças. Nesse aspecto,

como em muitos outros, quanto maior a cidade, tanto mais aparente é essa característica específica do urbanismo. Com exceção das maiores cidades, que atraíram grande número de estrangeiros homens, e em alguns tipos especiais de cidades, há uma predominância numérica de mulheres sobre os homens. A heterogeneidade da população urbana é também assinalada por linhas raciais e étnicas. Os estrangeiros e seus filhos constituem aproximadamente dois terços de todos os habitantes de cidades com um milhão ou mais de habitantes. Sua proporção na população urbana decresce à medida que diminui o tamanho da cidade, até que nas áreas rurais eles participam somente com um sexto do total da população.*

Da mesma forma, as cidades maiores atraíram mais negros e outros grupos raciais do que as comunidades pequenas. Considerando que a idade, o sexo, a raça e a origem étnica se acham associados com outros fatores como ocupação e interesse, verifica-se claramente que uma das características principais do habitante urbano é a sua dessemelhança dos seus concidadãos. Nunca dantes tantos povos de traços diversos, como é o caso das nossas cidades, foram aglomerados em contato físico tão estreito como nas grandes cidades da América. As cidades, em geral, e as americanas em particular, são formadas de uma gama heterogênea de povos e culturas, de modos de vida altamente diferenciados entre os quais muitas vezes há apenas um mínimo de comunicação, a maior das indiferenças e a maior tolerância, por vezes árdua luta, mas sempre o contraste mais marcante.

A falha da população urbana em se reproduzir parece ser uma conseqüência biológica de uma combinação de fatores no complexo da vida urbana, e o declínio da natalidade pode, geralmente, ser encarado como um dos sinais mais marcantes da urbanização do mundo ocidental. Embora a proporção de óbitos nas cidades se apresente ligeiramente maior do que no campo, a diferença fundamental entre a falha das cidades dos nossos dias e das cidades do passado em manterem a sua população é que no passado o motivo estava na alta taxa de mortalidade nas cidades, enquanto hoje, já que as cidades se tornaram mais habitáveis do ponto de vista de saúde, o fato se deve à baixa natalidade. Essas características biológicas da população urbana são sociologicamente significantes, não somente porque refletem o modo urbano de existência, mas também porque condicionam o

* N. do Org. — É preciso não esquecer que essas observações se referem aos Estados Unidos na década de 30.

crescimento e a futura dominância das cidades e sua organização social básica. Considerando que as cidades são consumidoras e não produtoras de homens, o valor da vida humana e a avaliação social da personalidade não deixarão de ser afetados pelo saldo entre nascimentos e óbitos. O padrão de aproveitamento da terra, de valor da terra, aluguéis e propriedade, a natureza e o funcionamento das estruturas físicas, da habitação, dos meios de transporte e comunicação, das utilidades públicas — essas e muitas outras fases do mecanismo físico das cidades não são fenômenos isolados sem relação com as cidades como entidade social, porém são afetadas e afetam o modo de vida urbano.

O Urbanismo como Forma de Organização Social

Os traços característicos do modo de vida urbano têm sido descritos sociologicamente como consistindo na substituição de contatos primários por secundários, no enfraquecimento dos laços de parentesco e no declínio do significado social da família, no desaparecimento da vizinhança e na corrosão da base tradicional da solidariedade social. Todos esses fenômenos podem ser verificados substancialmente através de índices objetivos. Assim, por exemplo, as baixas e declinantes taxas de reprodução urbana sugerem que a cidade não conduz ao tipo tradicional de vida familiar, inclusive a educação de crianças e a manutenção do lar como local em torno do qual giram as atividades vitais. A transferência de atividades industriais, educacionais e de recreação, para instituições especializadas fora do lar, privou a família de algumas das suas funções históricas mais características. Nas cidades, é mais provável que as mães estejam empregadas, mais freqüentemente há inquilinos nas casas de família, os casamentos tendem a ser retardados e a proporção de pessoas solteiras e não-comprometidas é maior. As famílias são menores e mais freqüentemente sem filhos do que as famílias do campo. A família como unidade social está emancipada do grupo de parentesco maior, característico do campo, e os membros individuais seguem os seus próprios interesses divergentes na sua vida vocacional, educacional, religiosa, recreativa e política.

Funções tais como a preservação da saúde, os métodos de aliviar os sofrimentos associados com a insegurança pessoal e social, provisões para melhoria da educação, da recreação e da cultura, deram origem a instituições altamente especializadas num âmbito

comunitário, estadual e mesmo nacional. Os mesmos fatores que trouxeram maior insegurança pessoal também são responsáveis pelos contrastes cada vez maiores entre indivíduos, existentes no mundo urbano. Embora a cidade tenha derrubado as rígidas linhas de casta da sociedade pré-industrial, aguçou e diferenciou grupos de renda e *status*. Geralmente, há uma proporção maior de adultos da população urbana bem empregados do que adultos da população rural. A classe dos “trabalhadores de gravata”, compreendendo-se como tais os empregados comerciais, bancários, e burocratas, é proporcionalmente mais numerosa nas grandes cidades, nos centros metropolitanos e nas pequenas cidades do que no campo.

Como um todo, a cidade desencoraja uma vida econômica na qual o indivíduo, numa época de crise, tenha uma base de subsistência à qual recorrer, e desencoraja o emprego autônomo. Se bem que as rendas dos habitantes das cidades sejam maiores, em média, do que as do interior, parece que o custo de vida é maior nas cidades maiores. A casa própria envolve maiores ônus e é mais rara. Os aluguéis são maiores e absorvem uma proporção maior da receita. Apesar do habitante da cidade se ver beneficiado com muitos serviços comunais, gasta uma grande proporção da sua renda com itens como recreação e aperfeiçoamento da educação e uma proporção menor com alimentos. Aquilo que os serviços da comunidade não oferecem, o habitante urbano é obrigado a comprar, e pode-se dizer que praticamente não existe nenhuma necessidade humana que deixou de ser explorada pelo comercialismo. Fornecer emoções e meios de escapar ao tédio, à monotonia e à rotina torna-se, pois, uma das principais funções da recreação urbana, a qual, na melhor das hipóteses, fornece meios para a auto-expressão criadora e a associação espontânea dos grupos, mas que, mais tipicamente no mundo urbano, resulta em contemplação passiva, por um lado, ou sensacionais façanhas inéditas, por outro.

Reduzido a um estágio de virtual impotência como indivíduo, o habitante urbano esforça-se para fazer parte de grupos organizados de interesses semelhantes para obter seus fins. Isso resulta numa enorme multiplicação de organizações voluntárias com um número de objetivos tão variados quanto as necessidades e interesses humanos. Embora de um lado os laços de associação humana estejam enfraquecidos, a existência urbana envolve um grau de interdependência maior entre os homens e uma forma mais complicada, frágil e volátil de inter-relações mútuas sobre muitas fases das quais o indivíduo como tal não consegue

exercer quase nenhum controle. Frequentemente há apenas uma relação muito tênue entre a posição econômica ou outros fatores básicos que determinam a existência do indivíduo no mundo urbano e os grupos voluntários aos quais êle se acha filiado. Enquanto numa sociedade primitiva e rural é geralmente possível, com base em alguns fatores conhecidos, prever quem pertencerá ao que, e quem se associará a quem em quase todas as relações da vida, na cidade só podemos projetar o padrão geral de formação e filiação do grupo, e esse padrão mostrará muitas incongruências e contradições.

A Personalidade Urbana e o Comportamento Coletivo

É em grande parte por meio de atividades de grupos voluntários, sejam seus objetivos econômicos, políticos, educacionais, religiosos, recreativos ou culturais, que o habitante da cidade exprime e desenvolve sua personalidade, adquire *status* e consegue desempenhar a quantidade de atividades que constitui sua carreira na vida. Podemos facilmente inferir, entretanto, que o arcabouço organizacional que essas funções altamente diferenciadas fazem surgir não assegura por si só a consistência e integridade das personalidades cujos interesses engloba. A desorganização pessoal, o esgotamento nervoso, o suicídio, a delinqüência, o crime, a corrupção e a desordem poderão, nessas circunstâncias, prevalecer mais na comunidade urbana do que na rural. Isso tem-se confirmado na medida da disponibilidade de índices comparáveis; mas os mecanismos subjacentes a esses fenômenos necessitam mais análise.

Considerando que, para os propósitos da maioria dos grupos, é impossível, na cidade, atrair individualmente o grande número de indivíduos isolados e diferenciados, e, considerando que, somente através de organizações às quais os homens pertencem, seus interesses e recursos podem ser recrutados para uma causa coletiva, pode-se inferir que o controle social na cidade deve tipicamente processar-se por meio de grupos formalmente organizados. Segue-se, também, que as massas de homens na cidade estão sujeitas à manipulação por símbolos e estereótipos comandados por indivíduos operando de longe, ou invisivelmente por trás dos bastidores, através do controle dos meios de comunicação. O autogoverno, quer seja no reino econômico, político ou cultural, está nessas circunstâncias

reduzido a uma simples figura de retórica, ou na melhor das hipóteses está sujeito ao equilíbrio instável de grupos de pressão.

Em virtude da ineficácia de laços reais de parentesco, criamos grupos fictícios de parentesco. Em face do desaparecimento da unidade territorial como base de solidariedade social, criamos unidades de interesse. Enquanto isso, a cidade como comunidade decompõe-se numa série de relações segmentárias tênues, sobrepostas a uma base territorial com um centro definido, mas sem uma periferia definida, e a uma divisão do trabalho que transcende bastante a localidade contígua, e é universal em extensão. Quanto maior o número de pessoas num estado de interação umas com as outras, tanto menor é o nível de comunicação e tanto maior é a tendência da comunicação proceder num nível elementar, isto é, na base daquelas coisas que se supõem serem comuns ou de interesse de todos.

Obviamente, portanto, é nas tendências emergentes no sistema de comunicação e na tecnologia de produção e distribuição surgidas na civilização moderna que devemos procurar os sintomas que irão indicar o provável desenvolvimento futuro do urbanismo como modo de vida. O sentido das atuais modificações no urbanismo transformarão, para o bem ou para o mal, não somente as cidades, mas o mundo. Alguns dos mais básicos desses fatores ou processos e as possibilidades de direção e controle deles são um convite para estudo mais detalhado.

Somente na medida em que o sociólogo tiver uma compreensão clara do que seja a cidade como entidade social e possuir uma teoria razoável sobre urbanismo, poderá êle desenvolver um corpo unificado de conhecimentos, pois aquilo que passa por “Sociologia Urbana” certamente não o é atualmente. Se se tomar como ponto de partida uma teoria sobre urbanismo como a delineada nas páginas anteriores, a ser elaborada, testada e revista à luz de mais análises e pesquisa empírica, pode-se esperar que seja determinado o critério de relevância e validade de dados concretos. Esse sortimento heterogêneo de informações separadas que foram incorporadas em tratados de Sociologia sobre a cidade poderá, assim, ser filtrado e incorporado num corpo coerente de conhecimentos. A propósito, somente por meio de uma teoria desse tipo, o sociólogo escapará da fútil prática de enunciar, em nome da ciência sociológica, uma variedade de julgamentos, às vezes insuscitáveis, relativos a problemas tais como pobreza, habitação, planejamento urbano, higiene, administração municipal, policiamento, mercadologia, transporte e outros itens técnicos. Embora o

sociólogo não possa solucionar qualquer desses problemas práticos — pelo menos não por si só — êle poderá, se descobrir sua função apropriada, contribuir para a sua compreensão e solução. As perspectivas de fazê-lo são mais claras através de uma abordagem geral, teórica, do que por uma abordagem *ad hoc*.

SUMÁRIO

A urbanização do mundo, que é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos, trouxe modificações profundas em praticamente todas as fases da vida social. A recente e rápida urbanização nos Estados Unidos é responsável pela agudeza dos nossos problemas urbanos e pela nossa falta de consciência deles. Apesar do predomínio do urbanismo no mundo moderno, ainda sentimos falta de uma definição sociológica do que seja cidade, a qual levaria em conta, adequadamente, o fato de que, enquanto a cidade é o local característico do urbanismo, o modo de vida urbano não se confina às cidades. Para finalidades sociológicas, uma cidade é uma fixação relativamente grande, densa e permanente de indivíduos heterogêneos. Os grandes números são responsáveis pela variabilidade individual, pela relativa ausência de conhecimento pessoal íntimo, pela segmentação de relações humanas as quais são em grande parte anônimas, superficiais e transitórias e por características correlatas. A densidade envolve diversificação e especialização, a coincidência de contato físico estreito e relações sociais distantes, contrastes berrantes, um padrão complexo de segregação, a predominância do controle social formal, e atrito acentuado, entre outros fenômenos. A heterogeneidade tende a quebrar estruturas sociais rígidas e a produzir maior mobilidade, instabilidade e insegurança, e a filiação de indivíduos a uma variedade de grupos sociais opostos e tangenciais com um alto grau de renovação dos seus componentes. O nexos pecuniário tende a deslocar as relações pessoais, e as instituições tendem a atender às necessidades das massas em vez do indivíduo. O indivíduo, portanto, somente se torna eficaz agindo através de grupos organizados. O complexo fenômeno do urbanismo poderá apresentar unidade e coerência se a análise sociológica se fizer à luz de tal corpo teórico. A evidência empírica referente à Ecologia, à Organização Social e à Psicologia Social do modo de vida urbano confirma a eficácia dessa abordagem.
